

11-2-45

O futuro económico

O Senhor Ministro das Colónias, Professor Marcelo Caetano, abordou no seu último e luminoso discurso de há dias, um dos problemas, a que a guerra veio dar uma acuidade maior e um mais profundo realismo: o da função social de toda a actividade humana.

Disse Sua Excelência: «Ninguém me convence de que o mundo esteja a tremer nos seus alicerces batida pelas rajadas deste gigantesco vendaval da guerra, e que morram milhares de homens, e outros milhões de seres sofram fome e sede e torturas físicas e morais de toda a ordem só para no fim meia dúzia de privilegiados voltar a ter liberdade de fazer negócios a seu bel-prazer, ganhando a vontade ou procedendo à discrição sem ter de acatar os imperativos superiores do interesse da colectividade.

Por muito felizes se poderão dar, na Metrópole ou nas Colónias, os produtores e os negociantes, se apenas se mantiver, sem agravos, a disciplina actual — e lhes não forem impostos mais duros sacrifícios e limitações. Isto que digo não o prevejo como simples evolução do nosso sistema português: diz-me a razão e a consciência que há de ser o caminho seguido, embora por maneiras diferentes, com quaisquer regimes e em quaisquer latitudes.

Desenganem-se os crentes no regresso ao puro liberalismo económico: o futuro acentuará o dever que cada um de nós tem de trabalhar em benefício de todos, e de fazer com que a riqueza privada presste o máximo de utilidade social.»

Esta doutrina claríssima desde há muito vem sendo defendida por todos aqueles que se apoiam no espírito do Cristianismo para construir a cidade do futuro. Nem outra se pode reconciliar com o conceito de justiça, de que devem ter fome e sede quantos se dizem cristãos.

A humanidade não foi dividida pela Providência em privilegiados e miseráveis, nem sequer em ricos e pobres. Mas a todos foi dada a terra inteira, para que, trabalhando-a pelo seu esforço, cada um encontrasse suficiente abundância para uma vida verdadeiramente humana e socialmente fraternal. Acumular para si aquillo que a outros se torna indispensável à vida é cometer injustiça, que apenas se chama social por não se poder determinar concretamente os que foram defraudados nos seus legítimos direitos por esta concentração de poder económico.

Por isso, a tendência geral da economia política moderna inclina-se para a intervenção do Estado nas actividades particulares sempre que estas conferem demasiado poder individual ou vantagens económicas prejudiciais ao bem comum. A doutrina católica admite perfeitamente — e até, por vezes, exige — a nacionalização das grandes empresas, a limitação dos direitos de propriedade, a comparticipação do Estado no capital social das grandes sociedades comerciais.

E', com efeito, função e dever dos poderes públicos velar pelo bem-estar de todos os cidadãos, sobretudo aos mais fracos. Como poderão eles cumprir a sua missão, se a vida económica fica à mercê do jogo dos interesses particulares, do espírito de ganancia dos privilegiados ou dos caprichos dos potentados da indústria ou da finança?

No tempo em que as doutrinas económicas impunham ao Estado uma cândida abstenção nestes problemas, acumularam-se ruínas humanas e misérrimas sem conta ao lado das grandes empresas fabris. O homem foi escravizado à máquina, a família destruída, a sociedade dividida por ódios e partidos de tal maneira irreconciliáveis que só a destruição dos mais fracos contendores parecia deixar esperanças de paz. E ainda hoje não foi tão profunda a intervenção da autoridade social que se veja uma notável melhoria na dolorosa herança do liberalismo económico. Todos nós lastimamos, com efeito, os receios da Autoridade pública em reger com braço forte e inflexível disciplina a vida das empresas que amontoando lucros excessivos, não encontram maneira de remunerar humanamente o Trabalho — que é, afinal, o produtor desses mesmos lucros.

As ideias evoluíram muito nestes últimos tempos, e se é indispensável ao progresso social a força incontestável da iniciativa privada, esta só pode legitimar-se quando orientada para o bem comum. Se não quere dirigir-se ela própria neste rumo do dever colectivo, então compete ao poder central suprir essa malévola deficiência, tomando a seu cuidado a administração da Justiça Social.

Não pode conceber-se, com efeito, que o Estado se faça mendigo para atenuar a miséria daqueles que caem vítimas da iniciativa particular egoísta, e que ande ele próprio a distribuir por esmola aquillo que deveria ter obrigado a entregar por justiça em justos salários, em reformas da velhice, em amparo na doença,

em auxilio na velhice e na orfandade.

Temos o dever de debater estes problemas candentes e de nos pôr à cabeça de quantos aspiram a um mundo de maior fraternidade económica. Força-nos a isso o Evangelho que nos ensinou a ver em todos os homens fundamentais direitos e deveres dimanados da sua dignidade humana e divina. Força-nos ainda a inteligência e a consciência que se recusam a admitir que não seja possível uma reforma económica profunda e uma organização diferente de repartição da riqueza produzida pelo esforço comum.

O illustre Ministro das Colónias, fazendo doutrina neste assunto, veio abrir uma rasgada janela para o futuro, pela qual há-de entrar, por certo, um ar mais puro na vida social portuguesa. Oxalá as suas palavras consigam produzir nos espíritos arrojados e destemidos o estímulo necessário para que a iniciativa privada comece a compreender os seus deveres sociais.

ABEL VARZIM.